

RECOMENDAÇÃO N.º 1/2023

SITUAÇÃO ATUAL DAS ESCOLAS

O Conselho das Escolas (CE) efetuou uma reflexão sobre o momento atual que se vive nas escolas, tendo aprovado a seguinte

RECOMENDAÇÃO

I – CONTEXTO

Assistimos a uma movimentação inusitada de todos os professores, clamando pela resolução de uma série de problemas que afetam o funcionamento das escolas. O Conselho das Escolas (CE) manifesta a sua preocupação com o arrastar desta contestação que prejudica sobremaneira todos os envolvidos.

O atraso em iniciar processos tendentes à resolução destes problemas, aliado à não satisfação de aspirações antigas dos professores, levaram a que testemunhássemos, nos últimos dois meses, uma forte indignação e crescente contestação no seio das comunidades educativas. Paulatinamente e em crescendo assistimos a uma movimentação que extravasou os muros das escolas e passou para as ruas.

O CE manifesta a sua preocupação com a insatisfação da classe docente, cuja contestação atingiu o expoente máximo no passado dia 11 de fevereiro, considerando **urgente** que as Escolas recuperem a serenidade e a energia para que cumpram a sua missão, com os processos de ensino e aprendizagem a decorrerem no ambiente de tranquilidade que se impõe.

II - RECOMENDAÇÃO

O Conselho das Escolas, atendendo à complexidade da situação que se vive nas escolas, e de modo a preservar uma Escola Pública de qualidade, garante de equidade e justiça

social, **recomenda** ao Governo que o âmbito do processo de negociação em curso seja alargado e permita:

1. a criação de condições estruturais tendentes à recuperação do tempo de serviço prestado por todos os docentes;
2. a alteração do processo de avaliação do desempenho docente;
3. o alargamento do número de vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente;
4. a correção das situações de injustiça, geradoras de ultrapassagens motivadas pelos diferentes ingressos na carreira: antes de 2007, entre 2007 e 2010 e após 2010;
5. a eliminação da proposta de criação de quaisquer conselhos locais para a gestão de professores, cuja implementação se afigura demasiado complexa, não permitindo vislumbrar benefícios significativos;
6. a redução efetiva da burocracia, quer através de centralização de dados que evitem a proliferação contínua de plataformas, muitas vezes redundantes, quer através da redução das tarefas burocráticas que restringem a atividade dos docentes.

Aprovado por unanimidade em 16 de fevereiro de 2023

